

## **COMISSÃO DIRETORA**

### **PARECER Nº 290, DE 2015**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, que *altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências”, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida, pelo Prefeito, de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que comprometa o oferecimento da merenda escolar*, consolidando as Emendas nº 1 e nº 2 – CCJ, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 11 de junho de 2015.

**ROMERO JUCÁ, PRESIDENTE**

**ELMANO FERRER, RELATOR**

**JORGE VIANA**

**SÉRGIO PETECÃO**

**ANEXO AO PARECER Nº 290, DE 2015.**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005.

Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida, pelo Prefeito, de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), comprometendo o oferecimento de merenda escolar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido de inciso XXIV e de § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

XXIV – deixar de aplicar ou aplicar indevidamente recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), comprometendo o oferecimento de merenda escolar, ou deixar de prestar contas desses recursos, no prazo e na forma definidos pelas normas do Programa.

.....

§ 3º Na hipótese do inciso XXIV, a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública a que se refere o § 2º terá prazo de 8 (oito) anos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.